

PROJETO DE LEI

“Confere validade indeterminada aos laudos médicos que atestem deficiência permanente para fins de acesso a programas e serviços públicos municipais e dá outras providências”.

Art. 1º. O laudo médico ou relatório médico circunstanciado que ateste deficiência permanente terá prazo de validade indeterminado para fins de cumprimento de requisito para a inscrição e acesso da pessoa com deficiência a programas, benefícios e serviços públicos no âmbito do Município de Itanhaém.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não dispensa a apresentação de documento ou cumprimento de outro requisito exigido para o acesso a serviços ou benefícios estabelecidos em legislação específica.

Art. 2º. Sem prejuízo do que dispõe o art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, considera-se deficiência permanente para fins desta Lei, aquela que ocorreu ou se estabilizou durante período suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação própria constante do orçamento vigente.

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala “Dom Idílio José Soares”, 22 de maio de 2023.

FERNANDO DA SILVA XAVIER DE MIRANDA
Vereador



JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e à deliberação dessa Egrégia Casa das Leis, o incluso Projeto de Lei, que confere validade indeterminada aos Laudos Médicos que atestem deficiência permanente para fins de acesso aos programas e aos serviços públicos municipais.

A exigência de Laudo Médico ou Relatório Médico com prazo de validade prefixado para fins de comprovação de deficiência permanente revela-se desarrazoada e contra produtiva. Pois, além de ser desnecessária e injustificável para as deficiências permanentes em que não há qualquer possibilidade de total recuperação e a probabilidade de melhora do quadro clínico é baixa. Tal imposição causa transtornos à pessoa com deficiência e aos seus familiares, até porque cada vez que eles precisam se deslocar para que novo laudo médico seja emitido, é bastante dificultoso o seu acesso aos programas e aos serviços públicos, o que é muito burocrático e demorado.

Há prejuízos, inclusive, de ordem financeira, na medida em que a pessoa com deficiência ou seus familiares despendem tempo e recursos financeiros para deslocamentos ao médico e aos órgãos públicos municipais. Bem como, gastos em consultas, avaliações e exames com médicos da rede privada - para aqueles poucos que mesmo com dificuldade conseguem pagar – além de se considerar o tempo de espera nas filas das unidades e equipamentos de saúde municipais a depender da especialidade médica ou do novo exame ou procedimento necessário, situação essa que impacta bruscamente o orçamento das famílias mais pobres.

Outro agravante é que o Laudo ou Relatório Médico pode “perder” a validade ou deixar de ser atualizado, justamente devido ao longo período que o município com deficiência tem que aguardar para os necessários atendimentos nos serviços públicos.

Neste sentido, visando à concretização de tais direitos, faz-se necessário conferir validade indeterminada aos Laudos Médicos e Relatórios Médicos Circunstanciados que atestem deficiência permanente, a fim de que as pessoas com deficiência tenham acesso aos programas, benefícios e serviços públicos municipais de forma menos burocratizada, não se vislumbrando, nessa hipótese, prejuízo à Administração Pública. Evidenciado, pois, o relevante interesse público de que se reveste a iniciativa e amparado nas razões que a justificam, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Sala “Dom Idílio José Soares”, 22 de maio de 2023.

Fernando da Silva Xavier de Miranda
Vereador



Autenticar documento em <https://camarazeropapel.itanhaem.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 37003200330034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

